



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO

Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

Lei Municipal N° 548/2015 de 17 de junho de 2015

"Dispõe sobre as Diretrizes Gerais para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ, no interesse superior e predominante do desenvolvimento socioeconômico do Município e em cumprimento a legislação vigente, APROVA e Eu, na condição de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - A estimativa das receitas e a fixação das despesas da Gestão Pública do Município de Tucumã obedecerão aos ditames contidos nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal; na Constituição Estadual; na Lei Orgânica Municipal; na Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF; na Lei Federal nº. 4.320/64; na Portaria nº. 553/2014, de 22 de setembro de 2014, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF – 6ª Edição, inclusive as normatizações emanadas do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e ainda, aos princípios contábeis geralmente aceitos, compreendendo:

- I - Orientação à elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA;
- II - Diretrizes das Receitas;
- III - Diretrizes das Despesas.

Parágrafo único - São partes integrantes da presente Lei:

- I - Anexo de Metas Fiscais;
- a) - metas anuais;
- b) - avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, valores a preços correntes;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO

Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

- d) - metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, valores a preços constantes;
- e) - evolução do patrimônio líquido;
- f) - origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- g) - estimativa e compensação da renúncia da receita

II - Anexo de Riscos Fiscais;

- a) - margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- b) - demonstrativos de riscos fiscais e providências;

III - Demonstrativo da Projeção das Receitas para o exercício de 2016;

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais;

- a) - despesas;
- b) - resultado primário;
- c) - meta fiscal – resultado nominal;
- d) - montante da dívida pública.

**SEÇÃO I
DA ORIENTAÇÃO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

Art. 2º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016, abrangerá o Poder Executivo e o Poder Legislativo, suas autarquias, fundações, fundos e entidades da administração direta e indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá às diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal, aplicável à espécie, observando as disposições contidas no Plano Plurianual - PPA e as diretrizes estabelecidas na presente lei, de modo a evidenciar as políticas e os programas de governo, formulados executados e avaliados segundo suas prioridades.

Parágrafo único - É vedada na Lei Orçamentária, a existência de dispositivos estranhos à previsão da Receita e à fixação da Despesa, salvo se relativos à autorização



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO

Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

para abertura de Créditos Suplementares e Contratação de Operações de Crédito, ainda que por antecipação de receita.

Art. 3º - A proposta orçamentária para o exercício de 2016, conterá as prioridades da Gestão Pública Municipal estabelecidas no anexo de metas físicas e financeiras contido no Plano Plurianual – PPA, para o exercício de 2016 e deverá obedecer aos princípios da universalidade, da unidade e da anuidade, sendo identificada, no mínimo, ao nível de função e subfunção, natureza da despesa, projeto, atividade e elementos de despesas a que deverá ocorrer na realização de sua execução, nos termos da alínea "c", do inciso II, do art. 52, da Lei Complementar nº. 101/2000, bem assim do Plano de Classificação Funcional Programática, conforme dispõe a Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 4º - A proposta parcial das necessidades da Câmara Municipal será encaminhada ao Executivo, tempestivamente, a fim de ser compatibilizada no orçamento geral do município.

Art. 5º - A proposta orçamentária para o exercício de 2016 compreenderá:

I - Mensagem;

II - Demonstrativos e anexos a que se refere o art. 3º da presente lei;

III - Relação dos projetos e atividades, com detalhamento de prioridades e respectivos valores orçados, de acordo com a capacidade econômica do Município.

Art. 6º - A lei Orçamentária Anual autorizará o poder Executivo nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir Créditos Adicionais, de natureza suplementar, até o limite de 100% (cem por cento) do total da despesa fixada na própria Lei, inserir dotações e elementos de despesas, utilizando como fonte de recursos, a anulação parcial e/ou total de dotações do próprio orçamento, bem assim o excesso de arrecadação do exercício realizado e projetado, como também o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 7º - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 8º - O Município contribuirá com 20% (vinte por cento), proveniente das seguintes transferências constitucionais: FPM, ITR, DESONERAÇÃO DO ICMS – LC 87/96, ICMS, IPI/EXP, IPVA, para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, com aplicação de no mínimo 60% (sessenta por cento) para remuneração dos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO

Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

profissionais do Magistério em efetivo exercício de suas atividades no Ensino Público.

**SEÇÃO II
DAS DIRETRIZES DA RECEITA**

Art. 9º - são receitas do Município:

- I** - os Tributos de sua competência;
- II** - a quota de participação nos Tributos arrecadados pela União e pelo Estado do Pará;
- III** - o produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidentes na fonte, sobre rendimentos, a qualquer título, pagos pelo Município, suas autarquias e fundações;
- IV** - as multas decorrentes de infrações de trânsito, cometidas nas vias urbanas e nas estradas municipais;
- V** - as rendas de seus próprios serviços;
- VI** - o resultado de aplicações financeiras disponíveis no mercado de capitais;
- VII** - as rendas decorrentes do seu Patrimônio;
- VIII** - a contribuição previdenciária de seus servidores;
- IX** - outras.

Art. 10 - Considerar-se-á, quando da estimativa das Receitas:

- I** - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar os resultados dos ingressos em cada fonte;
- II** - as metas estabelecidas pelo Governo Federal para o controle da Economia Nacional, as receitas efetivamente arrecadadas nos exercícios de 2013, 2014 e a média da arrecadação de 2015;
- III** - a modernização do Setor Tributário Municipal, a assinatura de Termo de Cooperação entre o Município de Tucumã e o Estado do Pará, bem como a Lei nº 123 de 14 de dezembro de 2006 – Simples Nacional;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO
Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

IV - os resultados das políticas de fomento, incentivo e apoio ao desenvolvimento mineral, industrial, comercial agropecuário e de prestação de serviços no município, incluindo os programas, públicos e privados, de formação e qualificação de mão-de-obra;

V - as isenções concedidas, observadas as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, nos termos da Lei Complementar nº. 101/2000 – LRF;

VI – a evolução da massa salarial paga pelo Município, no que tange o Orçamento da Previdência;

VII - a inflação estimada, cientificamente, previsível para o exercício de 2016;

VIII - outras.

Art. 11 - Na elaboração da Proposta Orçamentária, as previsões de receita observarão as normas técnicas legais, previstas no art.12 da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único – A Lei Orçamentária Anual – LOA, conterá autorização para abertura de créditos suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias, em percentual máximo de até 100% (cem por cento) do total da despesa fixada, bem como a inserção de dotações, observado os limites do montante das despesas de capital, nos termos do inciso III, do artigo 167, da Constituição Federal; conterá reserva de contingência, de até 0,50 (zero vírgula cinquenta por cento) da receita corrente líquida, destinada ao reforço de dotações orçamentárias que se revelarem insuficiente no decorrer do exercício de 2016, nos limites e formas legalmente estabelecidas, atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevisto; autorizará também a realização de operação de crédito por antecipação da receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da receita prevista, subtraindo-se deste montante o valor das operações de créditos, classificadas como receita.

Art. 12 - A receita deverá estimar a arrecadação de todos os tributos de competência municipal, assim como os definidos na Constituição Federal.

Art. 13 - Na proposta orçamentária a forma de apresentação da receita deverá obedecer à classificação estabelecida na Lei nº 4.320/64.

Art. 14 - O orçamento municipal deverá consignar como receitas orçamentárias todos os recursos financeiros recebidos pelo Município, inclusive os provenientes de transferências que lhe venham a ser feitas por outras pessoas de direito público ou privado,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO
Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

que sejam relativos a convênios, contratos, acordos, auxílios, subvenções ou doações, excluídas apenas aquelas de natureza extra-orçamentária, cujo produto não tenha destinação a atendimento de despesas públicas municipais.

Art. 15 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, que será objeto de projeto de lei a ser enviado à Câmara Municipal, no prazo legal e constitucional.

Parágrafo único - Os projetos de leis que promoverem alterações na legislação tributária observarão:

I - revisão e adequação da Planta Genérica de Valores dos Imóveis Urbanos;

II - revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano, sem ultrapassar os limites máximos já fixados em lei, respeitada a capacidade econômica do contribuinte e a função social da propriedade.

III - revisão e majoração da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

IV - revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos dos serviços prestados;

V - instituição e regulamentação da contribuição de melhorias sobre obras públicas.

VI - revisão dos valores dos serviços de captação, adução, reservação, tratamento e distribuição de água.

SEÇÃO III
DAS DIRETRIZES DAS DESPESAS

Art. 16 - Constituem despesas obrigatórias do Município:

I - as relativas à aquisição de bens e serviços para o cumprimento de seus objetivos;

II - as destinadas ao custeio de Projetos e Programas de Governo;

III - as decorrentes da manutenção e modernização da Gestão Pública Municipal;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO

Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

IV - os compromissos de natureza social;

V - as decorrentes dos pagamentos ao pessoal do serviço público, inclusive encargos;

VI - as decorrentes de concessão de vantagens e/ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração do organograma administrativo contendo unidades orçamentárias e estrutura de carreira, bem como admissão de pessoal, pelos poderes do Município, que, por força desta Lei, ficam prévia e especialmente autorizados, ressalvados as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista;

VII - o serviço da Dívida Pública, fundada e flutuante;

VIII - a quitação dos Precatórios Judiciais e outros requisitórios;

IX - a contrapartida previdenciária do Município;

X - as relativas ao cumprimento de convênios;

XI - os investimentos e inversões financeiras;

XII – planos de saúde para os servidores público municipais;

XIII - outras.

Art. 17 - Considerar-se-á, quando da estimativa das despesas;

I - os reflexos da Política Econômica do Governo Federal;

II - as necessidades relativas à implantação e manutenção dos Projetos e Programas de Governo;

III - as necessidades relativas à manutenção e implantação dos Serviços Públicos Municipais, inclusive a Máquina Administrativa;

IV - a evolução do quadro de pessoal dos Serviços Públicos;

V – correção das perdas salariais dos Servidores Públicos Municipais;

VI - os custos relativos ao serviço da Dívida Pública, dos exercícios anteriores;

VII - as projeções para as despesas mencionadas no artigo anterior, com



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO
Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

observância das metas e objetos constantes desta Lei;

VIII - outras.

Art. 18 - Na fixação das despesas serão observadas as prioridades constantes do anexo de prioridades para o ano de 2016, contido no PPA.

Art. 19 - As despesas com pessoal e encargos sociais, ou concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, só poderá ter aumento real em relação ao crescimento efetivo das receitas correntes, desde que respeitem o limite estabelecido no art. 71, da Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000.

Art. 20 - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do Art. 153 e nos Art. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

Parágrafo 1º - De acordo com o inciso I do artigo 29-A da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 58, de 23/09/2009) o percentual destinado ao Poder Legislativo de Tucumã, é de no máximo 7% (sete por cento) do total das receitas que compõem a base de cálculo para a formação do Orçamento da Câmara Municipal de Tucumã, efetivamente arrecadadas no exercício financeiro de 2015.

Parágrafo 2º - De acordo com o § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 25, de 2000), a Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

Art. 21 - De acordo com o artigo 29 da Constituição Federal no seu inciso VII, o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do município.

Art. 22 - As despesas com pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em operações especiais e específicas, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 23 - Os projetos em fase de execução desde que reavaliados a luz das prioridades estabelecidas nesta lei, terão preferência sobre os novos projetos.

Art. 24 - A Lei Orçamentária poderá consignar recursos para financiar serviços de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO
Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

sua responsabilidade a serem executados por entidades de direito privado, mediante convênios e contratos, desde que sejam da conveniência do Governo Municipal e tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

Art. 25 - O Município deverá investir prioritariamente em projetos e atividades voltados à infância, adolescência, idosos e gestantes, buscando o atendimento universal à saúde, assistência social e educação, visando melhoria da qualidade dos serviços.

Art. 26 – Na Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como em suas alterações, poderá ser incluídos recursos para subsidiar projetos e ações de entidades filantrópicas, associações, clubes, creches, escolas, unidades de educação especial, centros de convivência de idosos, centros comunitários, unidades de apoio a gestantes, unidade de recuperação de toxicômanos e outras entidades com finalidade de atendimento às ações de assistência social, filantrópica, educacional, cultural, recreativa, desportiva e de lazer, diretamente, através de concessão de auxílios e subvenções e/ou por meio de convênios.

Art. 27 - O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas governamentais e não governamentais, para desenvolver programas nas áreas de educação, assistência social, cultura, saúde, habitação, ampliação do sistema de abastecimento de água, meio ambiente, infra-estrutura e saneamento básico.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual autorizará a realização de programas de apoio assistencial, incentivo às entidades estudantis, destacadamente no que se refere à educação, assistência social, cultura, turismo, meio ambiente, desporto e lazer e atividades afins, bem como para a realização de convênios, contratos, pesquisas, bolsas de estudo e estágios com escolas técnicas profissionais, faculdades e universidades.

Art. 29 - Os recursos somente poderão ser programados para atender despesas de capital, exceto amortizações de dívidas por operações de crédito, após deduzir os recursos destinados a atender gastos com pessoal e encargos sociais, com serviços da dívida e com outras despesas de custeio administrativos e operacionais.

CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 30 - O Orçamento da Seguridade Social abrangerá os órgãos e unidades orçamentárias, inclusive fundos, fundações, autarquias, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições previstas na Constituição Federal;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO
Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do orçamento fiscal;

IV - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, o respectivo orçamento.

Parágrafo único – De acordo com a Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e Resolução nº 322 do Conselho Nacional de Saúde, o Município de Tucumã, aplicará no mínimo 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e dos recursos estabelecidos nos arts. 158 e 159, Inciso I, Alinha “b”, Parágrafo Terceiro, da Constituição Federal, na manutenção e no desenvolvimento das ações de Saúde Pública.

Art. 31 - Na elaboração do Orçamento da Seguridade Social serão observadas as diretrizes específicas da área.

Art. 32 - As receitas e despesas das entidades mencionadas serão estimadas e programadas de acordo com as dotações previstas no Orçamento Anual.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 - A Secretaria de Administração/Planejamento fará publicar junto a Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da despesa, por projeto, atividade, elemento de despesa, seus desdobramentos e respectivos valores.

Parágrafo único - Caso o projeto da Lei Orçamentária não seja aprovado até 31 de dezembro de 2015, a sua programação poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, em cada mês, até que seja aprovado pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 34 - O projeto de lei orçamentária do município, para o exercício de 2016, será encaminhado à Câmara Municipal até 03 (três) meses antes do encerramento do corrente exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO

Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

Art. 35 - Na fixação dos gastos de capital para criação, expansão ou aperfeiçoamento de serviços já criados e ampliados a serem atribuídos aos órgãos municipais, com exclusão da amortização de empréstimos, serão respeitadas as prioridades e metas constantes desta Lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.

Art. 36 - Com vistas ao cumprimento das diretrizes, objetivos e metas da Gestão Pública Municipal, previstas nesta Lei, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, a adotar as providências indispensáveis e necessárias à implementação das políticas aqui estabelecidas, podendo inclusive articular convênios, viabilizar recursos nas diversas esferas de Governo, contrair empréstimos por antecipação de receitas, bem como promover a atualização monetária do Orçamento de 2016, até o limite do índice acumulado da inflação no período que mediar o mês de outubro a dezembro de 2015, observados os Princípios Constitucionais e legais, promover durante a execução orçamentária, atualizações quadrimestrais, abertura de créditos suplementares, até o limite autorizado no vigente orçamento, visando atender os elementos de despesas com dotações insuficientes.

Art. 37 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir, utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2016 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, fusão, incorporação ou desmembramento de órgãos, entidades, unidades orçamentárias, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária e grupo de natureza da despesa.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o caput deste artigo poderá haver ajuste na classificação funcional, na fonte de recursos, na modalidade de aplicação e no identificador de uso.

Art. 38 - Ocorrendo alterações na legislação tributária posteriores ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que impliquem em excesso de arrecadação, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em relação à estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos adicionais serão objeto de crédito adicional, no decorrer do exercício de 2016.

Art. 39 - As metas e prioridades constantes do PPA e desta Lei, considerar-se-ão modificadas por leis posteriores e pelos créditos adicionais, abertos com autorização legislativa.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO
Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

Art. 40 - Dispõe esta Lei, dentre outras matérias, também sobre o equilíbrio das finanças públicas, critério e forma de limitação de empenho, sobre o controle de custo e avaliação dos resultados dos programas, sobre condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas, sobre a autorização referida no art. 169, § 1º, da Constituição Federal, e compreende os anexos de que tratam os §§ 1º a 3º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 41 - Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, o saldo poderá ser utilizado para amparar a abertura de créditos adicionais para outros fins, observado o disposto no art. 42 da Lei nº 4.320/64.

Art. 42 - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a arcar com despesas de responsabilidade de outras esferas de Governo, desde que haja dotação orçamentária, disponibilidade financeira, convênios, termos de cooperação, acordo, ajuste ou congêneres.

Art. 43 - Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos respectivamente, nos incisos I e II do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 44 - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - Integrarão a programação financeira as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º - O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira e do cronograma de que trata este artigo, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

Art. 45 - No mesmo prazo previsto no “caput” do artigo anterior, o Executivo estabelecerá metas bimestrais para a realização das receitas estimadas.

§ 1º - Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário fixados no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, o Executivo e o Legislativo determinarão, de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO
Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

maneira proporcional, a limitação de empenho e a movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados almejados.

§ 2º - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º - Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social, e na compatibilização dos recursos vinculados.

§ 4º - Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais.

§ 5º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 6º - Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 7º - A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 46 - Desde que respeitados os limites e vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/00, e cumpridas as exigências previstas nos arts. 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º - Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO
Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

- a) - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- b) - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do caput;
- c) - no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a contratação de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida pelo respectivo Chefe do Poder.

Art. 47 - Fica autorizada a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 48 - Para atender o disposto no art. 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurarem os custos e resultados das ações e programas estabelecidos.

Parágrafo único - Os custos e resultados apurados serão apresentados em relatórios semestrais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

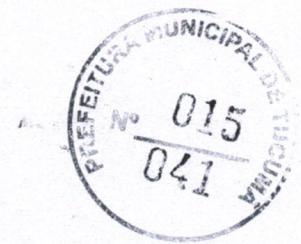
Art. 49 - As transferências de que trata o art. 26 da Lei Complementar nº 101/00, quando destinados à cobertura de déficits de pessoas jurídicas ou aos fins descritos no respectivo § 2º, serão precedidas da formalização de instrumentos contendo as obrigações e deveres.

Parágrafo único - No caso de transferências a pessoas físicas deverão elas atender à lei disciplinadora dessas concessões.

Art. 50 - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/00 considera-se:

I - contraída a obrigação no momento da formalização do contrato ou do instrumento congênere;

II - despesas compromissadas a pagar aquelas que foram empenhadas e cujos pagamentos devam ainda ser feitos até o final do exercício.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
PODER EXECUTIVO
Rua do Café s/nº - CEP 68.385-000 - Morumbi - Tucumã - Pará

Art. 51 – As alterações propostas na legislação tributária, das quais poderão resultar acréscimos de receita, e que tenham previsão de apresentação ou já tramitem no Poder Legislativo quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, poderão ensejar a inclusão desses acréscimos, de maneira destacada, na previsão de receita, propiciando a fixação de despesas em igual montante, também de maneira destacada, observada a vedação de que trata o art. 7º, § 2º, da Lei nº 4320/64.

Parágrafo único – Não sendo aprovadas as alterações de que trata este artigo, os créditos orçamentários destacados serão considerados indisponíveis para quaisquer fins.

Art. 52 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só será promovida se atendidas as exigências do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e após publicados os elementos de que tratam os respectivos incisos I e II.

Art. 53 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de TUCUMÃ, aos 17 dias do mês de junho de 2015.

Adeilar Pelegrini
ADELAR PELEGRINI

Prefeito Municipal

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2016

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

| PASSIVOS CONTINGENTES | | | PROVIDÊNCIAS | | |
|---------------------------------------|---------------------|--|---------------------|-------|---------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Descrição | Valor | Valor |
| Demandas Judiciais | 250.000,00 | PRECATORIA | | | 250.000,00 |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | 1.500.000,00 | RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA COM INSS E OUTROS, A LONGO PRAZO | | | 1.500.000,00 |
| Assistências Diversas | 150.000,00 | ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA. | | | 150.000,00 |
| Outros Passivos Contingentes | 300.000,00 | ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA. | | | 300.000,00 |
| DIMINUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO PROPRIA. | 400.000,00 | INSCRIÇÃO DE CONTRIBUINTES NA DÍVIDA ATIVA. | | | 400.000,00 |
| SUBTOTAL | 2.600.000,00 | SUBTOTAL | | | 2.600.000,00 |
| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | | PROVIDÊNCIAS | | |
| Descrição | Valor | Descrição | Descrição | Valor | Valor |
| Frustração de Arrecadação | 9.000.000,00 | LIMITAÇÃO DE EMPENHO | | | 9.000.000,00 |
| Restituição de Tributos a Maior | 60.000,00 | REDUÇÃO DE DOTAÇÃO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS | | | 60.000,00 |
| Discrepância de Projeções: | 26.000.000,00 | LIMITAÇÃO DE EMPENHO | | | 26.000.000,00 |
| JUROS/ MULTAS | 100.000,00 | ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL A PARTIR DA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS | | | 100.000,00 |
| AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES | 2.700.000,00 | REDUÇÃO DE DESPESAS COM CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E OUTRAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS | | | 2.700.000,00 |



| | | | |
|-----------------------|----------------------|--|----------------------|
| Outros Riscos Fiscais | 250.000,00 | REDUÇÃO DE DOTAÇÃO DE DESPESAS DISCRIONÁRIAS | 250.000,00 |
| SUBTOTAL | 38.110.000,00 | SUBTOTAL | 38.110.000,00 |
| TOTAL | 40.710.000,00 | TOTAL | 40.710.000,00 |

FONTE: Prefeitura Municipal de TUCUMÃ, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: A gestão fiscal presupõe uma ação planejada e transparente, com a prevenção de riscos e correção dos desvios capazes de afetar o equilíbrio e a sustentabilidade das contas públicas.

A Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2001, determina em seu artigo 4º, §3º, que a lei de diretrizes orçamentárias trate da avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, além das medidas de tratamento dos riscos, caso se concretizem. Os Riscos Fiscais podem ser conceituados como a possibilidade de ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas governamentais, em decorrência das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou das metas de resultados. O presente Anexo identifica e estima os riscos fiscais e passivos contingentes, além de identificar e contextualizar condicionantes que possam afetar as contas públicas municipais.

Os riscos fiscais são provenientes das obrigações financeiras do governo que, quanto à possibilidade de ocorrências, podem assim ser classificadas:

- Diretas – de ocorrência certa, previsíveis e baseadas em algum fator bem conhecido;
- Contingentes – associadas à ocorrência de algum evento particular, que pode ou não acontecer, e cuja probabilidade de ocorrência e magnitude são de difícil previsão.

Os riscos orçamentários estão ligados à possibilidade das obrigações diretas do Governo sofrerem impactos negativos de fatores que desequilibrem a relação receita-despesa, como a frustração na arrecadação em razão de fatos não previstos à época da elaboração da peça orçamentária; distorções entre as projeções de nível de atividade econômica quando da elaboração do orçamento e o valor efetivamente observado durante a execução orçamentária; ocorrências de calamidades públicas, dentre outros.

Confirmada a ocorrência dos riscos identificados no cenário receita e despesa, deve-se adotar medidas imediatas de tratamento consubstanciadas na reestimativa da receita e reprogramação das despesas orçamentárias, de forma a ajustá-las às disponibilidades de receita efetivamente arrecadadas.

O passivo contingente corresponde ao risco fiscal identificado que depende de um ou mais eventos futuros – que podem ou não ocorrer – para se concretizar e gerar o compromisso de pagamento pelo Município.

Uma vez concretizados os riscos apontados, as providências serão definidas a partir da anulação de crédito orçamentário, seja da Reserva de Contingência, constituída para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme estabelecido na alínea “b” do inciso III do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou da anulação de créditos de despesas discricionárias. As despesas discricionárias são aquelas não amparadas por nenhum dispositivo legal e que podem ter intervenção direta do Município, como é o caso das despesas relacionadas ao custeio da máquina pública.



MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS
 2016

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

| ESPECIFICAÇÃO | 2016 | | | 2017 | | | 2018 | | |
|---|--------------------|--------------------------------|-----------|-----------------|-----------------|-----------------|-------------------------|---------------------|-----------------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante x100 (a / PIB) | % PIB (b) | Valor Corrente | Valor Constante | % PIB (b / PIB) | Valor Corrente x100 (c) | Valor Constante (c) | % PIB (c / PIB) x 100 |
| Receita Total | 124.710.131,75 | 115.880.070,39 | 155,70 | 130.413.360,99 | 113.215.870,29 | 157,95 | 136.051.398,39 | 110.395.487,17 | 159,83 |
| Receitas Primárias (I) | 114.451.522,90 | 106.347.819,08 | 142,89 | 119.958.178,86 | 104.139.403,47 | 145,29 | 125.390.376,93 | 101.744.869,30 | 147,30 |
| Despesa Total | 124.710.131,75 | 115.880.070,39 | 155,70 | 130.413.360,99 | 113.215.870,29 | 157,95 | 136.051.398,39 | 110.395.487,17 | 159,83 |
| Despesas Primárias (II) | 123.978.503,90 | 115.200.245,21 | 154,78 | 129.646.615,00 | 112.550.234,40 | 157,02 | 135.250.148,83 | 109.745.333,36 | 158,89 |
| Resultado Primário (III) = (I – II) | - 9.526.981,00 | - 8.852.426,13 | - 11,89 | - 9.688.436,14 | - 8.410.830,92 | - 11,73 | - 9.859.771,90 | - 8.000.464,06 | - 11,58 |
| Resultado Nominal | - 1.517.603,02 | - 1.410.149,62 | - 1,89 | - 1.593.483,17 | - 1.383.352,00 | - 1,93 | - 1.673.157,33 | - 1.357.641,45 | - 1,97 |
| Divida Pública Consolidada | 388.117,82 | 360.637,26 | 0,48 | 407.523,71 | 353.733,93 | 0,49 | 427.899,89 | 347.208,61 | 0,50 |
| Divida Consolidada Líquida | - 31.869.663,34 | - 29.613.141,93 | - 39,79 | - 33.463.146,51 | - 29.050.391,97 | - 40,53 | - 35.136.303,83 | - 28.510.470,49 | - 41,28 |
| Receitas Primárias advindas de PPP (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Primárias geradas por PPP (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Prefeitura Municipal de TUCUMÃ, 10 de abril de 2015, 14h53m

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

| VARIÁVEIS | 2016 | 2017 | 2018 |
|--|------|-------|-------|
| PIB real (crescimento % anual) | | 2,89 | 3,08 |
| Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual) | | 3,10 | |
| Câmbio (R\$/US\$ – Final do Ano) | | 12,50 | 11,50 |
| Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação | | 2,42 | 2,45 |
| Projeção do PIB do Estado – R\$ milhares | | 7,62 | 7,30 |
| Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes: | | | |
| 2016 | 2017 | | |
| Índice para Deflação: | | | |
| {1 + (Taxa de Inflação de 2016 / 100)} x {1 + (Taxa de Inflação de 2017 / 100)} x {1 + (Taxa de Inflação de 2018 / 100)} | | | |
| {1 + (7,62 / 100)} x {1 + (7,30 / 100)} = 1,0762 | | | |
| Valor corrente / 1,0762 | | | |
| 2018 | | | |
| Índice para Deflação: | | | |
| {1 + (Taxa de Inflação de 2016 / 100)} x {1 + (Taxa de Inflação de 2017 / 100)} x {1 + (Taxa de Inflação de 2018 / 100)} | | | |
| {1 + (7,62 / 100)} x {1 + (7,30 / 100)} x {1 + (6,99 / 100)} = 1,0762 X 1,0703 X 1,0699 = 1,2324 | | | |
| Valor Corrente / 1,2324 | | | |



AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2016

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2014 (a) | % PIB (b) | Metas Realizadas em 2014 (b) | % PIB (c) | Variação | | R\$ 1,00 (c/a) x 100 (c/a) x 100 |
|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------|------------------------------------|--------------|-----------------|---|--|
| | | | | | Valor | % | |
| Receita Total | 117.085.276,20 | 89,80 | 71.928.077,99 | 89,80 | - 45.157.198,21 | - | 62,78 |
| Receitas Primárias (I) | 112.868.321,56 | 85,43 | 68.426.116,72 | 85,43 | - 44.442.204,84 | - | 64,95 |
| Despesa Total | 117.085.276,20 | 90,93 | 72.836.349,13 | 90,93 | - 44.248.927,07 | - | 60,75 |
| Despesas Primárias (II) | 116.669.132,90 | 90,93 | 72.836.349,13 | 90,93 | - 43.832.783,77 | - | 60,18 |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | - 3.800.811,34 | - 5,51 | - 4.410.232,41 | - 5,51 | - 609.421,07 | - | 13,82 |
| Resultado Nominal | - 1.376.510,67 | - 1,72 | - 1.376.510,67 | - 1,72 | - | - | 0,00 |
| Dívida Pública Consolidada | 352.034,30 | 0,44 | 352.034,30 | 0,44 | - | - | 0,00 |
| Dívida Consolidada Líquida | - 28.906.724,12 | - 36,09 | - 28.906.724,12 | - 36,09 | - | - | 0,00 |

FONTE: Prefeitura Municipal de TUCUMÃ, 10 de abril de 2015, 14h53m



AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2016

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | % | 2018 |
|-------------------------------------|----------------------------|----------------|---------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|
| | 2013 | 2014 | % | 2015 | % | 2016 | | |
| Receita Total | 84.959.027,34 | 117.085.276,20 | 37,81 | 119.269.055,69 | 1,87 | 124.710.131,75 | 4,56 | 130.413.360,99 |
| Receitas Primárias (I) | 88.124.927,34 | 112.868.321,56 | 28,08 | 108.963.856,36 | -3,46 | 114.451.522,90 | 5,04 | 119.958.178,86 |
| Despesa Total | 84.959.027,34 | 117.085.276,20 | 37,81 | 119.269.055,69 | 1,87 | 124.710.131,75 | 4,56 | 130.413.360,99 |
| Despesas Primárias (II) | 86.760.167,34 | 116.669.132,90 | 34,47 | 119.915.446,92 | 2,78 | 123.978.503,90 | 3,39 | 129.646.615,00 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 1.364.760,00 | -3.800.811,34 | -378,50 | -10.951.590,56 | 188,14 | -9.526.981,00 | -13,01 | -9.688.436,14 |
| Resultado Nominal | -33.278.493,78 | -1.376.510,67 | -95,86 | -1.445.336,21 | 5,00 | -1.517.603,02 | 5,00 | -1.593.483,17 |
| Dívida Pública Consolidada | 335.270,76 | 352.034,30 | 5,00 | 369.636,02 | 100,00 | 388.117,82 | 5,00 | 407.523,71 |
| Dívida Consolidada Líquida | -27.530.213,45 | -28.906.724,12 | 5,00 | -30.352.060,33 | 5,00 | -31.869.663,34 | 5,00 | -33.463.146,51 |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | % | 2018 |
|-------------------------------------|-----------------------------|----------------|---------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|
| | 2013 | 2014 | % | 2015 | % | 2016 | | |
| Receita Total | 75.971.588,43 | 110.981.304,45 | 46,08 | 112.517.977,07 | 1,38 | 115.880.070,39 | 2,99 | 113.215.870,29 |
| Receitas Primárias (I) | 78.802.581,90 | 106.984.191,05 | 35,76 | 102.706.090,91 | -3,91 | 106.347.819,08 | 3,46 | 104.139.403,47 |
| Despesa Total | 75.971.588,43 | 110.981.304,45 | 46,08 | 112.517.977,07 | 1,38 | 115.880.070,39 | 2,99 | 113.215.870,29 |
| Despesas Primárias (II) | 77.582.193,81 | 110.586.855,83 | 42,54 | 113.127.780,11 | 2,30 | 115.200.245,21 | 1,83 | 112.550.234,40 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 1.220.388,09 | -3.602.664,78 | -395,21 | -10.331.689,21 | 186,78 | -8.852.426,13 | -14,32 | -8.410.830,92 |
| Resultado Nominal | -29.758.109,43 | -1.304.749,45 | -95,62 | -1.363.524,72 | 4,50 | -1.410.149,62 | 3,42 | -1.383.352,00 |
| Dívida Pública Consolidada | 299.803,95 | 333.681,80 | 0,00 | 348.713,22 | 0,00 | 360.637,26 | 3,42 | 353.783,93 |
| Dívida Consolidada Líquida | -24.617.914,20 | -27.399.738,50 | 11,30 | -28.634.019,18 | 4,50 | -29.613.141,93 | 3,42 | -29.050.391,97 |

FONTE: Prefeitura Municipal de TUCUMÃ, 10 de abril de 2015, 14h53m

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES

| ÍNDICE DE INFLAÇÃO | | | | |
|--------------------|------|------|------|------|
| 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| 6,00 | 5,50 | 6,00 | 7,62 | 7,30 |

6,99



AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 2016

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2014 | % | 2013 | % | 2012 | R\$ 1,00 |
|---------------------------|--|----------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|-----------------|
| Patrimônio/Capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reservas | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 |
| Resultado Acumulado | | 15.749.009,74 | 100,00 | 3.246.154,11 | 100,00 | 3.076.923,33 | 100,00 |
| TOTAL | | 15.749.009,74 | 100,00 | 3.246.154,11 | 100,00 | 3.076.923,33 | 100,00 |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2014 | % | 2013 | % | 2012 | % |
|--------------------------------|--|----------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| Patrimônio | | 1.556.668,30 | 5,45% | 1.475.514,98 | 46,67% | 1.398.592,40 | 46,85% |
| Reservas | | 110.996,90 | 0,39% | 105.210,33 | 3,33% | 99.725,43 | 3,15% |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | | 26.890.267,49 | 94,16% | 1.580.725,31 | 50,00% | 1.498.317,83 | 50,00% |
| TOTAL | | 28.557.932,69 | 100,00% | 3.161.450,62 | 100,00% | 2.996.635,66 | 100,00% |

FONTE: Prefeitura Municipal de TUCUMÃ, 10 de abril de 2015, 14h53m



AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2016

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

| | | 2014 (a) | 2013 (b) | 2012 (c) | R\$ 1,00 |
|--|--|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|----------|
| RECEITAS REALIZADAS | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | | 211.888,60 | 0,00 | 183.310,00 | |
| Alienação de Bens Móveis | | 211.888,60 | 0,00 | 183.310,00 | |
| Alienação de Bens Imóveis | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| DESPESAS EXECUTADAS | | | | | |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | | 211.888,60 | 0,00 | 183.310,00 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | 211.888,60 | 0,00 | 183.310,00 | |
| Investimentos | | 211.888,60 | 0,00 | 183.310,00 | |
| Inversões Financeiras | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Amortização da Dívida | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Regime Geral de Previdência Social | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| SALDO FINANCEIRO | | 2014 (g) = ((Ia – IId) + IIIh) | 2013 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi) | 2012 (i) = (Ic – IIf) | |
| VALOR (II) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

FONTE: Prefeitura Municipal de TUCUMÃ, 10 de abril de 2015, 14h53m
Nota :





AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2016

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

| RECEITAS | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 3.603.936,18 | 2.405.138,61 | 4.018.621,61 |
| RECEITAS CORRENTES | 3.603.936,18 | 2.405.138,61 | 4.018.621,61 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 1.167.915,78 | 985.799,59 | 1.043.435,10 |
| Pessoal Civil | 1.167.915,78 | 985.799,59 | 1.043.435,10 |
| Pessoal Militar | | | |
| Outras Receitas de Contribuições | | | |
| Receita Patrimonial | 2.125.529,37 | 1.419.339,02 | 2.975.186,51 |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | 310.491,03 | | |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | | | |
| Outras Receitas Correntes | 310.491,03 | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.249.281,87 | 1.365.892,26 | 1.573.894,09 |
| RECEITAS CORRENTES | 1.249.281,87 | 1.365.892,26 | 1.573.894,09 |
| Receita de Contribuições | 1.249.281,87 | 1.365.892,26 | 1.573.894,09 |
| Patronal | 1.249.281,87 | 1.365.892,26 | 1.573.894,09 |
| Pessoal Civil | 1.249.281,87 | 1.365.892,26 | 1.573.894,09 |
| Pessoal Militar | | | |
| Cobertura de Déficit Atuarial | | | |
| Regime de Débitos e Parcelamentos | | | |
| Receita Patrimonial | | | |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II) | 4.853.218,05 | 3.771.030,87 | 5.592.515,70 |



| <u>DESPESAS</u> | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|------------|--------------|--------------|
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) | 719.939,22 | 1.007.541,39 | 1.218.458,00 |
| ADMINISTRAÇÃO | 487.208,76 | 457.499,65 | 176.368,28 |
| Despesas Correntes | 487.208,76 | 453.694,65 | 172.659,28 |
| Despesas de Capital | | 3.805,00 | 3.709,00 |
| PREVIDÊNCIA | 232.730,46 | 550.041,74 | 1.042.089,72 |
| Pessoal Civil | 232.730,46 | 550.041,74 | 1.042.089,72 |
| Pessoal Militar | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V) | - | 13.178,12 | 3.979,97 |
| ADMINISTRAÇÃO | - | 13.178,12 | 3.979,97 |
| Despesas Correntes | - | 13.178,12 | 3.979,97 |
| Despesas de Capital | - | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V) | 719.939,22 | 1.020.719,51 | 1.222.437,97 |

| | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI) | 4.133.278,83 | 2.750.311,36 | 4.370.077,73 |
|---|--------------|--------------|--------------|

| <u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u> | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|------|------|------|
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS | - | - | - |
| Plano Financeiro | | | |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | | | |
| Recursos para Formação de Reserva | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | |
| Plano Previdenciário | | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | |

| | | | |
|------------------------------|--|--------------|--------------|
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | | 2.122.300,00 | 4.190.435,31 |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | | | |

FONTE: Prefeitura Municipal de TUCUMÃ, 10 de abril de 2015, 14h53m

Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2016

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS | DESPESAS | RESULTADO | SALDO FINANCEIRO |
|-----------|-----------------|-----------------|----------------|------------------------------------|
| | PREVIDENCIÁRIAS | PREVIDENCIÁRIAS | PREVIDENCIÁRIO | DO EXERCÍCIO |
| | (a) | (b) | (c) = (a-b) | (d) = (d Exercício anterior) + (c) |
| 2015 | 4.349.342,18 | 571.943,62 | 3.777.398,55 | 33.379.988,46 |
| 2016 | 4.707.896,18 | 696.960,32 | 4.010.935,85 | 37.390.924,31 |
| 2017 | 5.082.843,30 | 871.876,22 | 4.210.967,08 | 41.601.891,39 |
| 2018 | 5.472.207,60 | 1.053.150,94 | 4.419.056,66 | 46.020.948,05 |
| 2019 | 5.876.507,46 | 1.120.925,79 | 4.755.581,68 | 50.776.529,72 |
| 2020 | 6.303.484,35 | 1.339.009,06 | 4.964.475,28 | 55.741.005,01 |
| 2021 | 7.138.328,36 | 1.607.445,81 | 5.530.882,55 | 61.271.887,55 |
| 2022 | 7.508.119,99 | 1.985.563,49 | 5.522.556,50 | 66.794.444,06 |
| 2023 | 7.877.791,45 | 2.174.046,84 | 5.703.744,61 | 72.498.188,67 |
| 2024 | 8.258.717,37 | 2.826.013,50 | 5.432.703,87 | 77.930.892,54 |
| 2025 | 8.623.767,87 | 3.687.014,71 | 4.936.753,16 | 82.867.645,70 |
| 2026 | 8.959.452,20 | 4.247.689,67 | 4.711.762,53 | 87.579.408,23 |
| 2027 | 9.282.031,89 | 4.824.833,79 | 4.457.198,09 | 92.036.606,32 |
| 2028 | 9.589.736,45 | 5.600.862,22 | 3.988.874,23 | 96.025.480,55 |
| 2029 | 9.869.744,30 | 6.105.453,40 | 3.764.290,90 | 99.789.771,45 |
| 2030 | 10.136.683,91 | 6.641.678,13 | 3.495.005,77 | 103.284.777,23 |
| 2031 | 10.387.877,23 | 7.426.803,07 | 2.961.074,16 | 106.245.851,39 |
| 2032 | 10.607.449,59 | 7.965.371,29 | 2.642.078,29 | 108.887.929,69 |
| 2033 | 10.808.301,27 | 8.755.814,47 | 2.052.486,80 | 110.940.416,49 |
| 2034 | 10.974.200,73 | 9.348.578,88 | 1.625.621,85 | 112.566.038,34 |
| 2035 | 11.114.915,80 | 9.880.375,28 | 1.234.540,52 | 113.800.578,86 |
| 2036 | 11.232.597,77 | 10.270.997,52 | 961.600,25 | 114.762.179,11 |
| 2037 | 11.334.339,41 | 10.536.490,42 | 797.849,00 | 115.560.028,10 |
| 2038 | 11.426.696,44 | 10.589.466,00 | 837.230,44 | 116.397.258,54 |
| 2039 | 11.521.861,21 | 10.804.846,67 | 717.014,54 | 117.114.273,08 |
| 2040 | 11.610.262,34 | 10.806.067,97 | 804.194,37 | 117.918.467,46 |
| 2041 | 11.704.348,07 | 10.823.422,39 | 880.925,68 | 118.799.393,13 |
| 2042 | 11.803.496,01 | 10.745.466,33 | 1.058.029,67 | 119.857.422,81 |
| 2043 | 11.913.733,11 | 10.640.186,82 | 1.273.546,29 | 121.130.969,10 |
| 2044 | 12.037.368,77 | 10.353.669,68 | 1.683.699,09 | 122.814.668,18 |
| 2045 | 12.186.085,82 | 10.156.224,65 | 2.029.861,17 | 124.844.529,35 |
| 2046 | 12.356.049,54 | 10.004.674,18 | 2.351.375,37 | 127.195.904,72 |
| 2047 | 12.545.785,84 | 9.742.484,60 | 2.803.301,24 | 129.999.205,96 |

PREFEITURA
Nº 026
041

| | | | | |
|------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| 2048 | 11.081.333,83 | 9.480.299,77 | 1.601.034,06 | 131.600.240,02 |
| 2049 | 11.210.209,69 | 9.218.119,71 | 1.992.089,98 | 133.592.330,00 |
| 2050 | 11.362.877,04 | 8.955.944,48 | 2.406.932,56 | 135.999.262,56 |
| 2051 | 11.540.766,37 | 8.693.774,14 | 2.846.992,23 | 138.846.254,79 |
| 2052 | 11.745.394,01 | 8.766.409,91 | 2.978.984,10 | 141.825.238,88 |
| 2053 | 11.958.279,24 | 8.926.805,59 | 3.031.473,65 | 144.856.712,53 |
| 2054 | 12.174.655,31 | 9.089.916,18 | 3.084.739,13 | 147.941.451,66 |
| 2055 | 12.394.572,18 | 9.255.008,83 | 3.139.563,35 | 151.081.015,01 |
| 2056 | 12.618.126,83 | 9.398.037,66 | 3.220.089,17 | 154.301.104,17 |
| 2057 | 12.846.864,84 | 9.567.702,82 | 3.279.162,02 | 157.580.266,19 |
| 2058 | 13.079.502,55 | 9.174.873,22 | 3.364.629,33 | 160.944.895,52 |
| 2059 | 13.317.627,17 | 9.863.627,04 | 3.454.000,13 | 164.398.895,65 |
| 2060 | 13.561.476,52 | 10.014.791,70 | 3.546.684,82 | 167.945.580,47 |
| 2061 | 13.811.253,03 | 10.141.877,76 | 3.669.375,28 | 171.614.955,75 |
| 2062 | 14.068.760,73 | 10.296.465,32 | 3.772.295,42 | 175.387.251,16 |
| 2063 | 14.332.817,09 | 10.426.909,57 | 3.905.907,52 | 179.293.158,69 |
| 2064 | 14.605.267,36 | 10.585.416,14 | 4.019.851,22 | 183.313.009,91 |
| 2065 | 14.884.935,21 | 10.719.302,24 | 4.165.632,98 | 187.478.642,89 |
| 2066 | 15.173.734,74 | 10.854.375,23 | 4.319.359,51 | 191.798.002,40 |
| 2067 | 15.472.146,47 | 10.991.514,36 | 4.480.632,11 | 196.278.634,51 |
| 2068 | 15.780.627,06 | 11.130.310,84 | 4.650.316,22 | 200.928.950,73 |
| 2069 | 16.099.685,12 | 11.270.338,70 | 4.829.346,42 | 205.758.297,15 |
| 2070 | 16.429.885,39 | 11.383.941,77 | 5.045.943,61 | 210.804.240,76 |
| 2071 | 16.773.485,88 | 11.527.537,66 | 5.245.948,22 | 216.050.188,99 |
| 2072 | 17.129.495,09 | 11.643.271,92 | 5.486.223,17 | 221.536.412,16 |
| 2073 | 17.500.333,32 | 11.760.631,58 | 5.739.701,74 | 227.276.113,89 |
| 2074 | 17.886.796,91 | 11.908.427,91 | 5.978.369,00 | 233.254.482,89 |
| 2075 | 18.288.001,35 | 12.028.457,76 | 6.259.543,59 | 239.514.026,48 |
| 2076 | 18.706.501,29 | 12.149.697,37 | 6.556.803,92 | 246.070.830,39 |
| 2077 | 19.143.266,12 | 12.271.676,64 | 6.871.589,48 | 252.942.419,87 |
| 2078 | 19.599.351,65 | 12.395.367,63 | 7.203.984,02 | 260.146.403,90 |
| 2079 | 20.075.818,76 | 12.519.813,29 | 7.556.005,47 | 267.702.409,36 |
| 2080 | 20.573.849,43 | 12.614.454,83 | 7.959.394,60 | 275.661.803,96 |
| 2081 | 21.096.530,15 | 12.741.603,13 | 8.354.927,03 | 284.016.730,98 |
| 2082 | 21.643.393,99 | 12.837.341,49 | 8.806.052,51 | 292.822.783,49 |
| 2083 | 22.217.781,05 | 12.966.738,83 | 9.251.042,22 | 302.073.825,71 |
| 2084 | 22.819.327,72 | 13.064.091,82 | 9.755.235,90 | 311.829.061,61 |
| 2085 | 23.451.590,86 | 13.195.777,24 | 10.255.813,61 | 322.084.875,22 |
| 2086 | 24.114.358,14 | 13.295.298,58 | 10.819.059,56 | 332.903.934,78 |
| 2087 | 24.811.394,37 | 13.394.958,02 | 11.416.436,36 | 344.320.371,14 |

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2016

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO | R\$ 1,00 |
|--------------|-------------------------|--|------------------------------|-------------------|-------------------|---|----------------------------------|
| | | | 2016 | 2017 | 2018 | | |
| IPTU | ANISTIA/REMIÇÃO/ISENÇÃO | IMÓVEL | 70.500,00 | 81.025,00 | 91.550,00 | INSTITUIÇÃO DE MELHORIA/ICREMENTO, ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS. | CONTRIBUIÇÃO DE OTIMIZAÇÃO DA |
| ITBI | ANISTIA/REMIÇÃO/ISENÇÃO | IMÓVEL | 81.000,00 | 82.050,00 | 83.100,00 | INSTITUIÇÃO DE MELHORIA/ICREMENTO, ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS. | DE CONTRIBUIÇÃO DE OTIMIZAÇÃO DA |
| ISSQN | ANISTIA/REMIÇÃO/ISENÇÃO | SERVIÇOS | 81.000,00 | 82.050,00 | 83.100,00 | INSTITUIÇÃO DE MELHORIA/ICREMENTO, ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS. | DE CONTRIBUIÇÃO DE OTIMIZAÇÃO DA |
| TAXAS | ANISTIA/REMIÇÃO/ISENÇÃO | COMÉRCIO/SERVIÇOS | 30.500,00 | 31.025,00 | 31.550,00 | INSTITUIÇÃO DE MELHORIA/ICREMENTO, ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS. | DE CONTRIBUIÇÃO DE OTIMIZAÇÃO DA |
| TOTAL | | | 263.000,00 | 276.150,00 | 289.300,00 | | |

FONTE: Prefeitura Municipal de TUCUMÃ, 10 de abril de 2015, 14h53m



AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2016

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| EVENTOS | Valor Previsto para 2016 |
|---|--------------------------|
| Aumento Permanente da Receita | 1.143.193,24 |
| (-) Transferências Constitucionais | 0,00 |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 0,00 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 1.143.193,24 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 1.143.193,24 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 900.000,00 |
| Novas DOCC | 900.000,00 |
| Novas DOCC geradas por PPP | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 243.193,24 |

FONTE: Prefeitura Municipal de TUCUMÃ, 10 de abril de 2015, 14h53m



I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas do Município de TUCUMÃ - PA



O art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estabelece que o demonstrativo das metas anuais deverá ser instruído com a memória e metodologia de cálculo, visando esclarecer a forma de obtenção dos valores.

As metas anuais de receitas do Município de TUCUMÃ - PA foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

MUNICIPIO DE TUCUMÃ
TOTAL DAS RECEITAS

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO – R\$ 1,00 | | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 |
| RECEITAS CORRENTES | 102.413.674,67 | 107.334.673,97 | 112.204.170,45 |
| Receita Tributária | 12.296.298,08 | 12.886.520,39 | 13.466.413,81 |
| Impostos | 10.943.423,47 | 11.468.707,80 | 11.984.799,65 |
| Taxes | 1.352.874,61 | 1.417.812,59 | 1.481.614,16 |
| Receita de Contribuições | 3.780.029,03 | 3.961.470,43 | 4.139.736,60 |
| Receita Patrimonial | 4.096.541,35 | 4.285.358,54 | 4.483.616,58 |
| Transferências Correntes | 72.130.560,46 | 75.592.827,36 | 78.994.504,59 |
| Transferências Intergovernamentais | 35.617.340,29 | 37.326.972,62 | 39.006.686,39 |
| Transferências da União | 35.617.340,29 | 37.326.972,62 | 39.006.686,39 |
| Cota-Parte do FPM | 16.478.869,01 | 17.269.854,72 | 18.046.998,18 |
| Cota-Parte do ITR | 33.864,03 | 35.489,50 | 37.086,53 |
| Cota-Parte da Desoneração do ICMS | 124.168,19 | 130.128,26 | 135.984,03 |
| Transferências de Recursos do SUS – FMS | 13.702.851,02 | 14.360.587,87 | 15.006.814,32 |
| Transferências de Recursos do FNDE – FME | 3.448.911,38 | 3.614.459,13 | 3.777.109,79 |
| Transferências de Recursos do FNAS – FMAS | 1.828.676,66 | 1.916.453,14 | 2.002.693,53 |
| Transferências do Estado | 15.018.890,76 | 15.739.797,52 | 16.448.088,40 |
| Cota-Parte do ICMS | 12.602.594,18 | 13.207.518,70 | 13.801.857,04 |
| Cota-Parte do IPVA | 1.936.287,07 | 2.029.228,85 | 2.120.544,15 |
| Cota-Parte do IPI | 480.009,51 | 503.049,97 | 525.687,21 |
| Transferências Multigovernamentais | 27.825.487,81 | 29.161.111,22 | 30.473.361,23 |
| FUNDEB - Município | 6.331.158,40 | 6.635.054,00 | 6.933.631,43 |
| FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO | 21.494.329,41 | 22.526.057,22 | 23.539.729,80 |
| Outras Receitas Correntes | 9.921.900,15 | 10.411.111,07 | 10.913.630,31 |
| Multa e Juros de Mora | 4.051,69 | 4.246,17 | 4.437,25 |
| Receita da Dívida Ativa Tributária | 184.293,90 | 193.140,01 | 201.831,31 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 22.296.457,08 | 23.078.687,02 | 23.847.227,94 |
| Operações de crédito | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 |
| Amortizações de Empréstimos | - | - | - |
| Alienações de Bens | 173.643,75 | 181.978,65 | 190.167,69 |
| OUTRAS CONVENIOS | 16.122.813,33 | 16.896.708,37 | 17.657.060,25 |
| DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (FUNDEB) | - 6.331.158,40 | - 6.635.054,00 | - 6.933.631,43 |
| TOTAL | 124.710.131,75 | 130.413.360,99 | 136.051.398,39 |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m



I.a – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita:
MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA

Receita Tributária

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL – R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 5.429.896,26 | - |
| 2014 | 11.153.104,84 | 105,40% |
| 2015 | 11.710.760,08 | 5,00% |
| 2016 | 12.296.298,08 | 5,00% |
| 2017 | 12.886.520,39 | 4,80% |
| 2018 | 13.466.413,81 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas:

- a) O aumento gradual e constante previsto para a receita tributária provém da expectativa de continuidade na política de intensificação da fiscalização tributária municipal.
- b) As projeções foram realizadas considerando o cenário macroeconômico apresentado em nota do Demonstrativo I.

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL – R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 14.600.000,00 | - |
| 2014 | 15.330.000,00 | 5,00% |
| 2015 | 15.724.111,65 | 2,57% |
| 2016 | 16.478.869,01 | 4,80% |
| 2017 | 17.269.854,72 | 4,80% |
| 2018 | 18.046.998,18 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: Esta fonte de receita possui evolução regular. Para o período de 2016 a 2018, foi projetada a evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico apresentado no Demonstrativo I.

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA

R\$ 1,00

Transferências de Recursos do SUS

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 9.649.950,00 | - |
| 2014 | 12.476.373,60 | 29,29% |
| 2015 | 13.075.239,54 | 4,80% |
| 2016 | 13.702.851,02 | 4,80% |
| 2017 | 14.360.587,87 | 4,80% |
| 2018 | 15.006.814,32 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m**Notas:**

- a) O crescimento das transferências de recursos do SUS decorre da ampliação dos serviços básicos na área de saúde.
- b) Para o período de 2016 a 2018, foi projetada uma evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico apresentado no Demonstrativo I.

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA**Transferências de Recursos do FNDE**

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 2.418.000,00 | - |
| 2014 | 3.145.711,81 | 30,10% |
| 2015 | 3.290.945,97 | 4,62% |
| 2016 | 3.448.911,38 | 4,80% |
| 2017 | 3.614.459,13 | 4,80% |
| 2018 | 3.777.109,79 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m**Notas:**

- a) O crescimento das transferências de recursos do FNDE decorre da ampliação dos serviços básicos na área de Educação.
- b) Para o período de 2016 a 2018, foi projetada uma evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico apresentado no Demonstrativo I.



R\$ 1,00

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA**Transferências de Recursos do FNAS**

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 2.332.000,00 | - |
| 2014 | 1.665.000,44 | -28,60% |
| 2015 | 1.744.920,49 | 4,80% |
| 2016 | 1.828.676,66 | 4,80% |
| 2017 | 1.916.453,14 | 4,80% |
| 2018 | 2.002.693,53 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m**Notas:**

- a) O crescimento das transferências de recursos do FNAS decorre da ampliação dos serviços básicos na área de Assistência Social.
b) Para o período de 2016 a 2018, foi projetada uma evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico apresentado no Demonstrativo I.

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA**Cota-Parte do ICMS**

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 8.700.000,00 | - |
| 2014 | 11.722.805,74 | 34,74% |
| 2015 | 12.025.376,13 | 2,58% |
| 2016 | 12.602.594,18 | 4,80% |
| 2017 | 13.207.518,70 | 4,80% |
| 2018 | 13.801.857,04 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: Esta fonte de receita possui evolução regular. Para o período de 2016 a 2018, foi projetada a evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico apresentado no Demonstrativo I.

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA**Cota-Parte do IPVA**

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 1.200.000,00 | - |
| 2014 | 1.801.114,68 | 50,09% |
| 2015 | 1.847.602,17 | 2,58% |
| 2016 | 1.936.287,07 | 4,80% |
| 2017 | 2.029.228,85 | 4,80% |
| 2018 | 2.120.544,15 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: Esta fonte de receita possui evolução regular. Para o período de 2016 a 2018, foi projetada a evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico apresentado no Demonstrativo I.

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA**Cota-Parte do IPI**

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 330.000,00 | - |
| 2014 | 446.500,00 | 35,30% |
| 2015 | 458.024,34 | 2,58% |
| 2016 | 480.009,51 | 4,80% |
| 2017 | 503.049,97 | 4,80% |
| 2018 | 525.687,21 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: Esta fonte de receita possui evolução regular. Para o período de 2016 a 2018, foi projetada a evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico apresentado no Demonstrativo I.

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA**Outras Receitas Correntes**

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 203.700,00 | |
| 2014 | 187.635,00 | -7,89% |
| 2015 | 197.016,75 | 5,00% |
| 2016 | 206.867,59 | 5,00% |
| 2017 | 216.797,23 | 4,80% |
| 2018 | 226.553,11 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: Para o período de 2016 a 2018, foi projetada a evolução dessa receita considerando o cenário macroeconômico apresentado no Demonstrativo I.

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA**Receitas de Capital**

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 14.554.911,18 | - |
| 2014 | 21.412.421,47 | 47,11% |
| 2015 | 21.549.738,86 | 0,64% |
| 2016 | 22.296.457,08 | 3,47% |
| 2017 | 23.078.687,02 | 3,51% |
| 2018 | 23.847.227,94 | 3,33% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: Como os recursos ordinários do Município são insuficientes para atender às prioridades e metas aprovadas, a alternativa encontrada foi a de buscar convênios, bem como, linhas de financiamento, desde que não comprometesse os limites de endividamento e de contratação de operações de crédito fixadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para os próximos três exercícios.

I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as despesas do Município de TUCUMÃ - PA

As metas anuais de Despesas do Município de TUCUMÃ - PA foram calculadas a partir das despesas orçamentárias. Seguem, abaixo, memória e metodologia de cálculo:



**TUCUMÃ - PA
TOTAL DE DESPESAS**

| CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA | R\$ 1,00 | | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 |
| DESPESAS CORRENTES (I) | 86.280.705,42 | 91.707.160,25 | 95.833.982,46 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 43.485.217,95 | 46.857.489,37 | 48.966.076,40 |
| Juros e Encargos da Dívida | 109.830,40 | 115.102,26 | 120.281,86 |
| Outras Despesas Correntes | 42.685.657,07 | 44.734.568,62 | 46.747.624,20 |
| DESPESAS DE CAPITAL (II) | 33.449.835,85 | 33.487.589,92 | 34.763.967,62 |
| Investimentos | 32.663.292,80 | 32.663.292,80 | 33.902.577,13 |
| Inversões Financeiras | 164.745,60 | 172.653,39 | 180.422,79 |
| Amortização Financeira | 621.797,45 | 651.643,73 | 680.967,70 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III) | 4.979.590,48 | 5.218.610,82 | 5.453.448,31 |
| TOTAL (IV)=(I+II+III) | 124.710.131,75 | 130.413.360,99 | 136.051.398,39 |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: As projeções das metas anuais para a LDO 2016 e para os anos subsequentes foram estabelecidas em função das expectativas quanto ao desempenho das atividades econômicas do país, das projeções para outros indicadores macroeconômicos, além dos desempenhos esperados para algumas categorias de receitas e de principais categorias de despesas, tendo como referência as metas fiscais estabelecidas nos anos anteriores.

**II.a – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas:****MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA****Pessoal e Encargos Sociais**

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL – R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 37.721.389,63 | - |
| 2014 | 45.239.805,95 | 19,93% |
| 2015 | 45.277.732,20 | 0,08% |
| 2016 | 43.485.217,95 | -3,96% |
| 2017 | 46.857.489,37 | 7,75% |
| 2018 | 48.966.076,40 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: O aumento do volume de despesas identificado no Grupo de Natureza de Despesa Pessoal e Encargos Sociais, a partir de 2016, deve-se a fatos como o reajuste salarial dos servidores da ativa e dos proventos de aposentadoria dos inativos.

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA**Juros e Encargos da Dívida**

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL – R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | - | - |
| 2014 | 100.000,00 | 100,00% |
| 2015 | 104.800,00 | 4,80% |
| 2016 | 109.830,40 | 4,80% |
| 2017 | 115.102,26 | 4,80% |
| 2018 | 120.281,86 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: O pagamento de juros e encargos da dívida, previstos para os exercícios 2016, 2017 e 2018, mantém-se em patamar relativamente constante, demonstrando assim o empenho do município em honrar seus compromissos.

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA**Reserva de Contingência**

R\$ 1,00



| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 2.222.300,00 | - |
| 2014 | 4.599.148,64 | 106,95% |
| 2015 | 4.537.273,28 | -1,35% |
| 2016 | 4.979.590,48 | 9,75% |
| 2017 | 5.218.610,82 | 4,80% |
| 2018 | 5.453.448,31 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: Os valores fixados para a Reserva de Contingência tiveram sua avaliação baseada na possibilidade de eventos futuros – que podem ou não ocorrer. Demonstrados em percentuais da Receita Corrente Líquida, conforme previsto na LRF. Incluso também no valor demonstrado a Reserva de Contingência (orçamentária) do RPPS.

MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA**Outras Despesas Correntes**

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 36.278.047,77 | - |
| 2014 | 35.007.495,66 | -3,50% |
| 2015 | 39.045.382,18 | 11,53% |
| 2016 | 42.685.657,07 | 9,32% |
| 2017 | 44.734.568,62 | 4,80% |
| 2018 | 46.747.624,20 | 4,50% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: A projeção da despesa relativa ao grupo Outras Despesas Correntes teve como parâmetro os valores executados em orçamentos anteriores, levando em conta os recursos necessários ao financiamento dos programas, ao funcionamento dos órgãos. Consideraram-se, ainda, as vinculações constitucionais e legais, como aquelas relacionadas à saúde, educação.

**MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA****Outras Despesas de Capital**

R\$ 1,00

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ 1,00 | VARIAÇÃO % |
|--------------|--------------------------|------------|
| 2013 | 10.538.429,94 | - |
| 2014 | 31.672.682,65 | 200,54% |
| 2015 | 30.897.859,26 | -2,45% |
| 2016 | 32.663.292,80 | 5,71% |
| 2017 | 33.487.589,92 | 2,52% |
| 2018 | 33.902.577,13 | 1,24% |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas: Como os recursos ordinários do Município são insuficientes para atender às prioridades e metas aprovadas, a alternativa encontrada foi a de buscar convênios e linhas de financiamento, desde que não comprometessem os limites de endividamento e de contratação de operações de crédito fixadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para os próximos três exercícios.

III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário do Município de TUCUMÃ - PA

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a memória e metodologia de cálculo das metas de resultado primário, do Município de TUCUMÃ - PA para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios subsequentes, são as seguintes:



**MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA
META FISCAL – RESULTADO PRIMÁRIO**

| ESPECIFICAÇÃO | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | 75.392.116,16 | 101.490.038,82 | 97.719.316,83 | 102.413.674,67 | 107.334.673,97 | 112.204.170,45 |
| Receita Tributária | 5.429.896,26 | 11.153.104,84 | 11.710.760,08 | 12.296.298,08 | 12.886.520,39 | 13.466.413,81 |
| Receita de Contribuição | 2.845.000,00 | 3.463.817,79 | 3.600.027,65 | 3.780.029,03 | 3.961.470,43 | 4.139.736,60 |
| Receita Patrimonial | 10.000,00 | 10.500,00 | 11.025,00 | 11.576,25 | 12.155,06 | 12.762,82 |
| Aplicações Financeiras (II) | 1.672.100,00 | 3.876.638,72 | 4.010.381,94 | 4.084.965,10 | 4.273.203,48 | 4.470.853,77 |
| Outras Receitas Patrimoniais | - | - | - | - | - | - |
| Transferências Correntes | 65.231.419,90 | 82.798.342,47 | 78.114.190,41 | 81.954.227,86 | 85.900.990,51 | 89.800.554,33 |
| Demais Receitas Correntes | 203.700,00 | 187.635,00 | 272.931,75 | 286.578,34 | 300.334,10 | 313.849,13 |
| RESAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II) | 73.720.016,16 | 97.613.400,10 | 93.708.934,89 | 98.328.709,57 | 103.061.470,49 | 107.733.316,68 |
| RECEITAS DE CAPITAL (IV) | 14.554.911,18 | 21.412.421,47 | 21.420.296,47 | 22.296.457,08 | 23.078.687,02 | 23.847.227,94 |
| Operações de Crédito (V) | - | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 |
| Amortização de Empréstimos (VI) | - | - | - | - | - | - |
| Alienação de Ativos (VII) | 150.000,00 | 157.500,00 | 165.375,00 | 173.643,75 | 181.978,65 | 190.167,69 |
| Transferência de Capital | 14.404.911,18 | 15.254.921,47 | 15.254.921,47 | 16.122.813,33 | 16.896.708,37 | 17.657.060,25 |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | - | - | - |
| Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV-V-VI-VII) | 14.404.911,18 | 15.254.921,47 | 15.254.921,47 | 16.122.813,33 | 16.896.708,37 | 17.657.060,25 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII) | 88.124.927,34 | 112.868.321,56 | 108.963.856,36 | 114.451.522,90 | 119.958.178,86 | 125.390.376,93 |
| DESPESAS CORRENTES (X) | 73.999.437,40 | 80.347.301,61 | 84.427.914,38 | 86.280.705,42 | 91.707.160,25 | 95.833.982,46 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 37.721.389,63 | 45.239.805,95 | 45.277.732,20 | 43.485.217,95 | 46.857.489,37 | 48.966.076,40 |
| Juros e Encargos da Dívida (XI) | - | 100.000,00 | 104.800,00 | 109.830,40 | 115.102,26 | 120.281,86 |
| Outras Despesas Correntes | 36.278.047,77 | 35.007.495,66 | 39.045.382,18 | 42.685.657,07 | 44.734.568,62 | 46.747.624,20 |
| DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI) | 73.999.437,40 | 80.247.301,61 | 84.323.114,38 | 86.170.875,02 | 91.592.057,99 | 95.713.700,60 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIII) | 10.959.589,94 | 32.388.825,95 | 31.648.377,44 | 33.449.835,85 | 33.487.589,92 | 34.763.967,62 |
| Investimentos | 10.538.429,94 | 31.672.682,65 | 30.897.859,26 | 32.663.292,80 | 32.663.292,80 | 33.902.577,13 |
| Inversões Financeiras | - | 150.000,00 | 157.200,00 | 164.745,60 | 172.653,39 | 180.422,79 |
| Amortização da Dívida (XIV) | 421.160,00 | 566.143,30 | 593.318,18 | 621.797,45 | 651.643,73 | 680.967,70 |
| DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV) | 10.538.429,94 | 31.822.682,65 | 31.055.059,26 | 32.828.038,40 | 32.835.946,19 | 34.082.999,92 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI) | 2.222.300,00 | 4.599.148,64 | 4.537.273,28 | 4.979.590,48 | 5.218.610,82 | 5.453.448,31 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI) | 86.760.167,34 | 116.669.132,90 | 119.915.446,92 | 123.978.503,90 | 129.646.615,00 | 135.250.148,83 |

RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII) 1.364.760,00 - 3.800.811,34 - 10.951.590,56 - 9.526.981,00 - 9.688.436,14 - 9.859.771,90

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

Notas:

- a) Os dados relativos a receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.
- b) O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de Contabilidade Pública.



MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA
META FISCAL – RESULTADO NOMINAL

| ESPECIFICAÇÃO | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | R\$ 1,00 2018 |
|---|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) | (g) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 335.270,76 | 352.034,30 | 369.636,02 | 388.117,82 | 407.523,71 | 427.899,89 |
| DEDUÇÕES (II) | 27.865.484,21 | 29.258.758,42 | 30.721.696,34 | 32.257.781,16 | 33.870.670,22 | 35.564.203,73 |
| Ativo Disponível | 1.355.650,60 | 1.423.433,13 | 1.494.604,79 | 1.569.335,03 | 1.647.801,78 | 1.730.191,87 |
| Haveres Financeiros | 29.103.537,21 | 30.558.714,07 | 32.086.649,77 | 33.690.982,26 | 35.375.531,38 | 37.144.307,94 |
| (-) Restos a Pagar Processados | - 2.593.703,60 | - 2.723.388,78 | - 2.859.558,22 | - 3.002.536,13 | - 3.152.662,94 | - 3.310.296,08 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II) | - 27.530.213,45 | - 28.906.724,12 | - 30.352.060,33 | - 31.869.663,34 | - 33.463.146,51 | - 35.136.303,83 |
| RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | - | - | - | - | - | - |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | - | - | - | - | - | - |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V) | - 27.530.213,45 | - 28.906.724,12 | - 30.352.060,33 | - 31.869.663,34 | - 33.463.146,51 | - 35.136.303,83 |
| RESULTADO NOMINAL | (b-a *) | (c-b) | (d-c) | (e-d) | (f-e) | (g-f) |
| VALOR | - 33.278.493,78 | - 1.376.510,67 | - 1.445.336,21 | - 1.517.603,02 | - 1.593.483,17 | - 1.673.157,33 |

FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro anterior ao exercício de 2013.

Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.



MUNICÍPIO DE TUCUMÃ - PA
META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA

| ESPECIFICAÇÃO | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | R\$ 1,00 2018 |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------------------|
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 335.270,76 | 352.034,30 | 369.636,02 | 388.117,82 | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | 407.523,71 | 427.899,89 |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| DEDUÇÕES (II) | 27.865.484,21 | 29.258.758,42 | 30.721.696,34 | 32.257.781,16 | - | - |
| Ativo Disponível | 1.355.650,60 | 1.423.433,13 | 1.494.604,79 | 1.569.335,03 | 33.870.670,22 | 35.564.203,73 |
| Haveres Financeiros | 29.103.537,21 | 30.558.714,07 | 32.086.649,77 | 33.690.982,26 | 1.647.801,78 | 1.730.191,87 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 2.593.703,60 | 2.723.388,78 | 2.859.558,22 | 3.002.536,13 | 35.375.531,38 | 37.144.307,94 |
| DCL (III) = (I - II) | 27.530.213,45 | 28.906.724,12 | 30.352.060,33 | 31.869.663,34 | 3.152.662,94 | 3.310.296,08 |
| FONTE: Prefeitura Municipal de Tucumã, 10 de abril de 2015, 14h53m | | | | | | |